

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR COMO DESAFIO PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

TEACHER TRAINING AS A CHALLENGE FOR EDUCATIONAL POLICIES



MARIANA LOPES DA SILVA

Graduação em Pedagogia pela Faculdade FNC (2012); Especialista em Atendimento Educacional Especializado pela Faculdade FAVENI (2022); Professora de Educação Infantil e Fundamental EMEI Maria José Galvão de França Pinto e CEI Salvador Lo Turco.

RESUMO

Este artigo teve como objetivo analisar o enfrentamento das políticas educacionais nos desafios da formação de professores para uma educação de qualidade. Buscou também conhecer os elementos que potencializam e limitam no processo da formação de professores, compreender o papel das políticas públicas educacionais, bem como refletir sobre as políticas públicas na contribuição para a qualidade na educação. Para tanto, utilizou-se uma pesquisa aplicada, de natureza bibliográfica, fundamentada na reflexão da leitura de livros, artigos e revistas, tendo por base também a pesquisa de grandes autores referente a este tema de forma qualitativa. Assim, conclui-se que mesmo com tantos programas para a formação docente e para a formação continuada dos professores, ainda falta a valorização desse trabalho que busca novos profissionais qualificados para elevar a qualidade na educação, além de que existem os programas, no entanto, é necessária a efetivação dos mesmos, com toda forças para a melhoria da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Programas Educacionais; Políticas Públicas; Formação Docente; Qualidade na Educação.

ABSTRACT

The aim of this article was to analyze how educational policies address the challenges of teacher training for quality education. It also sought to understand the elements that enhance and limit the process of teacher training, to understand the role of public educational policies, and to reflect on public policies in contributing to quality education. To this end, we used applied research, of a bibliographical nature, based on reading books, articles and magazines, as well as the research of major authors on this subject in a qualitative way. Thus, we conclude that even with so many programs for teacher training and continuing teacher training, there is still a lack of appreciation for this work that seeks new qualified professionals to raise the quality of education.

KEYWORDS: Educational Programs; Public Policies; Teacher Training; Quality in Education.

INTRODUÇÃO

O presente artigo partiu de uma inquietação em relação aos cursos de formação de professores, mais efetivamente nos programas de políticas educacionais a fim de compreendermos a atual situação que envolve a qualidade profissional da educação. Também resulta de estudo bibliográfico sobre Políticas Públicas, no qual se investiga as ações do Estado e da sociedade civil organizada na configuração das políticas educacionais brasileiras.

A formação docente é um assunto que vem sendo objeto de debate e de profundas reformulações nos últimos anos no Brasil e no mundo, neste contexto, deve ser compreendida de forma plena através de uma perspectiva histórica, que permita entender de que forma ocorreram os desdobramentos dessa formação no decorrer do tempo.

Para tanto, a efetividade dos programas educacionais no cenário brasileiro está inserida nas políticas públicas, dessa forma, a formação de professores é um dos pontos principais no propósito das ações que o governo precisa promover para alcançar mudanças e melhorias na educação escolar.

Assim sendo, as políticas educacionais tem uma função muito importante na organização do currículo dos cursos de Formação Docente, e essa formação tem refletido na atual realidade política que repercute na educação e para compreender esse contexto é preciso de uma análise no que se refere à educação do ensino superior no Brasil. Com isso, buscou-se responder a seguinte problemática: Como as políticas educacionais podem contribuir com os desafios da qualidade na formação do professor?

Acredita-se, porém, que os projetos educacionais voltados para a prática docente no período de sua formação contribuem para um novo olhar a respeito da carreira do professor, através da busca pela valorização do trabalho docente e das melhores condições de trabalho, no entanto, ainda falta muito para alcançar a tão sonhada educação de qualidade no Brasil.

O trabalho aborda primeiramente os conceitos de políticas públicas, em seguida discorre sobre o papel das políticas educacionais, aborda programas educacionais para a formação de professores, aborda também a profissão docente e sua formação, e, por fim, aborda a profissão docente e a qualidade de ensino.

Dessa forma, este estudo teve como objetivo analisar o enfrentamento das políticas educacionais nos desafios da formação de professores para uma educação de qualidade. Buscou também conhecer os elementos que potencializam e limitam no processo da formação de professores, compreender o papel das políticas públicas educacionais, bem como refletir sobre as políticas públicas na contribuição para a qualidade na educação.

Nesse parâmetro, essa temática justifica-se a partir da compreensão crítica da proposta, pois contribui para as análises e discussões sobre a qualidade das políticas públicas educacionais vigentes, visto que a formação de professores no Brasil é precária e vista como uma das principais causadoras da falta de qualidade na educação básica.

Quanto à natureza das fontes, utilizou-se uma pesquisa aplicada, de natureza bibliográfica, “aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.” (SEVERIANO, 2007, p. 122).

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR COMO DESAFIO PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

DEFININDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Denomina-se como política a ciência governamental de um Estado ou Nação, também considera-se como uma arte de negociação para compatibilizar interesses. O termo política também pode ser denominado como um conjunto de regras ou normas de uma determinada instituição ou como uma forma de relacionamento entre as várias pessoas para alcançar algum objetivo comum. No entanto, para Padilha (2005), tem uma razão de ser, pois:

A palavra política, em seu sentido específico, pode representar a administração do Estado pelas autoridades e especialistas governamentais, as ações da coletividade em relação a tal governo, as atividades dos políticos ou dos especialistas em política — geralmente filiados a partidos políticos. Em contrapartida, pode ser também associada à atividade duvidosa de alguns desses mesmos políticos profissionais que, eleitos democraticamente pelo povo, ao invés de bem representá-los, acabam utilizando seus cargos para obter vantagens pessoais das mais diferentes naturezas. (PADILHA, 2005, p. 20).

Contudo, o homem é um ser social que se utiliza da política em seu dia a dia para realizar ações que precisam de diálogo, argumentação e discussão buscando seus interesses. Portanto, tratar política significa tratar de relações humanas, seja de forma democrática ou autoritária; justa ou injusta.

Socialmente, a política articula a forma de organização dos grupos de interesse como: de gênero, econômicos, culturais, étnicos, religiosos, etc. A organização social é fundamentalmente

importante para que decisões dos grupos sejam a favor de interesses coletivos, chamado também de política pública.

Nesse contexto, a Constituição Federal do Brasil (1988) estabeleceu no seu artigo 227, a educação e o trabalho como um dos direitos fundamentais da pessoa humana, sendo incumbência do Estado, da família e da sociedade garantir o cumprimento desses direitos.

“Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (BRASIL, 1988).

Podemos definir política pública como sendo uma situação específica da política, esse conceito possui origem nas áreas da administração e da política, no entanto, devido à sua complexidade, sua abrangência é utilizada de várias formas e nas diversas áreas.

Souza (2006) diz que este tema ganhou destaque apenas nas últimas décadas. No entanto, a autora mostra uma definição bem clara para resumir este amplo conceito.

Sua proposta era apresentar métodos científicos racionais que pudessem orientar o governo na solução de problemas que remontam à esfera pública (SOUZA, 2006):

Pode-se, então, resumir políticas públicas como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar esta ação (variável independente) e, quando necessário propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitoreiras em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p.26).

Nas últimas décadas as discussões sobre as políticas públicas tomaram uma dimensão muito ampla, um avanço das condições democráticas por todo o mundo e instituições governamentais. Por isso, é importante dizer que os grupos de interesse, socialmente organizados, promovem estratégias políticas para pressionar o governo para traçar metas a seu favor, a partir das políticas públicas.

De acordo com Brancalion et al (2015, p.2) “Algumas críticas são feitas a essas abordagens que superestimam aspectos racionais e procedimentais das políticas públicas, argumentam que elas ignoram a essência da política pública, isto é, o embate em torno de ideias e interesses”.

Outras definições enfatizam o papel da política pública na solução de problemas, uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Ela pode ser uma orientação à atividade ou passividade de alguém, o que decorrer dessa orientação também faz parte da política pública. (BRANCALEON et al, 2015, p.2).

É frequente a temática sobre políticas públicas no contexto acadêmico e profissional, considerando a emergência de um governo que procura parcerias público-privadas para elevar os investimentos na educação. Contudo, é necessário fazer uma breve análise do surgimento das políticas públicas e os motivos que levaram a sua implantação no Brasil para entendê-las melhor. Dessa forma, de acordo com Brancalion et al (2015, p.2) “As políticas públicas se formam a partir de programas públicos como: projetos, leis, campanhas publicitárias, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, dentre outros”.

O PAPEL DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

As políticas educacionais referem-se ao conjunto de medidas adotadas pelo poder público em relação à educação de um País, ou seja, são elas que conduzem o desenvolvimento educacional nas sociedades e nas escolas.

Assim sendo, o Governo elaborou vários programas com o propósito de propiciar maior alcance à educação, e, com isso, maior qualificação para o mercado de trabalho. Dentre os programas criados, temos o Programa Projovem Urbano, FIES, o PROUNI e o PRONATEC. O primeiro foi criado pela Lei Federal n. 11.692 de 10 de junho de 2008, tem objetivo da integração de jovens de 18 a 29 anos no âmbito escolar, criando a oportunidade para que possam concretizar o Ensino Fundamental (BRASIL, 2008).

No quadro das transformações sociais, políticas e econômicas das últimas décadas, especificamente nos anos seguintes ao processo de redemocratização do Brasil, a formação de professores ganhou destaque no âmbito das políticas educacionais, como consequência dos debates que ganharam força sobre a qualidade do ensino oferecido na escola básica.

Contudo segundo Ferrão (2018),

a complexidade envolvida na especificação dos modelos, no procedimento de estimação e em outros aspectos técnico-metodológicos afasta a atenção dos mentores e atores de política educativa do benefício que tais modelos e respectivos indicadores representam para programas de melhoria da educação e do ensino superior. (2018, FERRÃO, p.21).

Na formação docente as políticas educacionais ganharam grande força e maior visibilidade nas últimas décadas em decorrência da concepção de que representam uma ação importantíssima para a melhoria da educação básica. Contudo, se consolidam a partir da formação de um plano nacional para a educação que se fortalece com a instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, a qual define que a União necessitaria, no prazo de um ano, a partir da promulgação, enviar ao Congresso Nacional o Plano Nacional da Educação, estabelecendo as diretrizes e metas da educação para os próximos dez anos (Lei 9.394/90).

No entanto, de acordo com Piana (2009), é importante considerar que:

[...] as reformas educacionais no Brasil ocorreram mediante as crises nacionais e internacionais do sistema capitalista. Com isso a educação, em muitos momentos, foi relegada a segundo plano pelos dirigentes políticos. Dificilmente se pensou em democratizar o ensino, torná-lo acessível à classe menos favorecida economicamente e, sobretudo, priorizar a qualidade do mesmo, por questão ideológica, visto que a educação sempre esteve a serviço de um modelo econômico de natureza concentradora de rendas e socialmente excludente. (PIANA, 2009, p.67).

O (FIES) Fundo de Financiamento Estudantil, é estabelecido pela Lei n. 10.260 de 12 de julho de 2001, tem como propósito a concessão de financiamento de estudantes de cursos superiores de instituições privadas (BRASIL, 2001). Nesse contexto, tem-se o PROUNI, Programa Universidade para Todos, criado pela lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, com a finalidade da distribuição de bolsas de estudo integrais ou ainda parciais de 50% ou de 25% com ou sem fins lucrativos para alunos de graduação e de cursos de formação específica.

O PNE – Plano Nacional de Educação é o mais amplo projeto das políticas públicas educacionais

da atualidade, muito embora este plano, independente do decênio passado (2000-2010) ou da atualidade (2011-2020), intervir fortemente de modo contrário à democratização do ensino, tem caminhado em direção à meta de fornecer ao País a educação como direito inalienável e imprescindível para a composição de uma sociedade mais justa, de forma humana e igualitária.

A vigente proposta do PNE (2011-2020) inclui dois pontos fundamentais, a valorização do magistério e a qualidade de ensino, é possível ainda verificar que as diretrizes, bem como as metas e estratégias definidas, estão centradas na diversidade cultural de forma a beneficiar a questão da diversidade cultural e da democratização do ensino. Mas para que o recente Plano Nacional de Educação possa conquistar todas as suas metas e, com isso, melhorar a educação brasileira, é preciso que haja uma integração das ações entre as instituições governamentais, a sociedade, a escola e a família.

PROGRAMAS EDUCACIONAIS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação de professores é um tema que preocupa estudiosos, profissionais da educação e autoridades governamentais que gerenciam e organizam as diretrizes educacionais, pois a sociedade contemporânea passa por rápidas e difusas transformações que se refletem na forma como a educação se organiza.

A formação de professores é, provavelmente, a área mais sensível das mudanças em curso no setor educativo: aqui não se formam apenas profissionais; aqui produz-se uma profissão. Ao longo da sua história, a formação de professores tem oscilado entre modelos acadêmicos, centrados nas instituições e em conhecimentos “fundamentais,” e modelos práticos, centrados nas escolas e em métodos “aplicados”. É preciso ultrapassar esta dicotomia, que não tem hoje qualquer pertinência, adaptando modelos profissionais, baseados em soluções de parceria entre as instituições de ensino superior e as escolas, com um reforço dos espaços de tutoria e de alternância. (NÓVOA, 2011 p. 26).

Neste contexto Nóvoa (2011), afirma que a formação do profissional docente precisa ser repensada, reestruturada e contínua, com a sua valorização e a disponibilidade de recursos e apoios necessários à sua capacitação e desenvolvimento. Assim, não seriam vistos como técnicos, e sim como profissionais que constroem, refletem, interferem, transformam e criam novas realidades. Essa reflexão remete-nos a profissionalização docente, refletindo sobre ela a partir de dois fatores diretamente relacionados: as circunstâncias em que ocorre e a busca do professor por sua identidade profissional.

Em 2007 o Ministério da Educação fundou a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), com o objetivo de ampliar e estabelecer a pós-graduação *stricto sensu*. A CAPES começou a agir também na formação docente da Educação Básica, alterando o alcance de suas ações. Dessa forma, de acordo com Ribeiro (2017):

As políticas educacionais para este nível de ensino têm se orientado para um projeto de educação, sob a influência de organismos internacionais (Exemplos: OCDE, Banco Mundial, UNESCO) de caráter econômico, financeiro e ideológico, para a formação de profissionais capazes de intervir na sociedade para o fortalecimento da economia e para a visível competitividade do mercado de trabalho. (RIBEIRO, 2017, p.22).

Na concepção de Scheibe (2010), os professores estão envolvidos no processo de formação acadêmica dos futuros educadores, no entanto isso não resulta em sucesso, pois estes convivem com a decepção de saber que não bastam conteúdos pedagógicos, visto que é preciso fundamentar a prática educativa no processo da formação docente.

Ribeiro (2017, p.22) acredita que: “A universidade precisa se reconhecer como uma instituição que está na vanguarda do desenvolvimento e, para tanto, não deve perder de vista os desafios que lhes são postos. Isso se faz revisitando e atualizando a sua missão.”

Contudo, nesse contexto, Scheibe (2008) diz que:

A demanda de formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica no país requer hoje novas interfaces na formação e estratégias de integração entre os estados, os municípios e o Distrito Federal e as instituições de ensino superior. São requeridas iniciativas de caráter tanto conjuntural como emergencial. (SHEIBE, 2008, p.49).

Na perspectiva de Soares (2014, p.454) “No campo das políticas educacionais identificamos ações e proposições que visam a promover a articulação entre diferentes áreas que oferecem licenciaturas e estabelecer diretrizes gerais para a formação de professores”.

A DEB, diretoria de Formação de Professores da Educação Básica, age a partir de duas formas de ação, a primeira atua no estímulo à formação docente inicial para a Educação Básica, promovendo e dando apoio ao fornecimento de cursos de licenciatura presenciais especiais a partir do Plano Nacional de Formação docente da Educação Básica – Parfor. A segunda forma atua na promoção de projetos de estudos, pesquisas e inovação, estabelecendo um conjunto articulado de programas em prol da valorização do magistério.

Sheibe (2008) também acredita que este é o desafio que cabe à recente reestruturação do Ministério da Educação e da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior), que passa a ser a agência reguladora dos cursos de formação de professores para a Educação Básica; e ao Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Para tanto, para Soares (2014),

O objetivo maior tem sido garantir a profissionalização do professor em torno de eixos comuns e competências básicas referidas às especificidades do trabalho desse profissional, efetivando por meio de ações integradas uma formação que assegure e construa um profissional com identidade própria. (SOARES, 2014, p.454).

Nesse parâmetro, o (PARFOR), Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, criado em 2009 objetivando a colaboração entre a CAPES, os municípios, os estados, o Distrito Federal e as Instituições de Ensino Superior é um dos programas que objetiva estabelecer a oferta de educação superior gratuita para professores que atuam na rede pública de ensino, para que dessa forma consigam favorecer os dispositivos da LDB (9.394/96), buscando melhorias para a educação básica do país.

O PRODOCÊNCIA - Programa de Consolidação das Licenciaturas busca inovar e elevar a qualidade dos cursos de formação inicial para a Educação Básica, buscando, acima de tudo, a valorização da carreira docente.

Em 2006 foi criado o OBEDUC – Observatório da Educação, com a finalidade de contribuir com estudos e pesquisas na área da educação que usufruem da infraestrutura disponível das instituições de ensino superior. O programa tem como objetivo articular pós-graduação, licenciaturas e escolas da educação básica, procurando aumentar a produção acadêmica à nível de mestrado e doutorado.

Portanto, de acordo com Ribeiro (2017),

a universidade precisa saber enfrentar tais demandas, lutando por sua definição e sua autonomia, perseguindo a excelência, promovendo ensino, pesquisa e extensão, de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural, econômico e sustentável, construindo a democracia e os mecanismos de participação, a liderança acadêmica e a organização da aprendizagem. (RIBEIRO, 2017, p.23).

Por fim, de acordo com o (MEC) Ministério da Educação e Cultura foi criado em 2007 o PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, através do Ministério da Educação e implementado pela CAPES/FNDE, que tem como objetivos: incentivar a formação do professor em nível superior para a educação básica; além de contribuir para a valorização do ensino do magistério; elevar a qualidade da formação inicial docente nos cursos de licenciatura; inserir os licenciandos no dia-a-dia de escolas da rede pública de ensino, oferecendo-lhes possibilidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas de ensino de caráter inovador e interdisciplinar que solucionem a superação de problemas encontrados no processo de ensino-aprendizagem; incentivar escolas públicas de ensino básico, transformando seus professores como co-formadores dos futuros professores e tornando-os protagonistas nos processos de formação inicial para a profissão docente; e, por fim, contribuir para a parceria entre teoria e prática necessárias à formação dos professores, aumentando a qualidade das atitudes acadêmicas nos cursos de licenciatura.

Além de todos esses programas, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), ainda conta com vários programas de formação continuada para professores, como a Formação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, o Pro Infantil, o Proinfo Integrado, o e-Proinfo, o Pró-letramento, o Gestar II, e, finalizando, o programa Rede Nacional de Formação Continuada de Professores.

Assim como Soares (2014) acredita na garantia da profissionalização do professor, outra política pública educacional visa a intervenção dessa situação e tenta aproximar a universidade da escola básica é o Programa de Consolidação das Licenciaturas, que tem suas diretrizes através da proposta de formação de professores IES, que, por sua vez, fundamenta-se na aglutinação dos diferentes cursos de licenciaturas, ampliando as oportunidades de acesso e intercâmbio acadêmico e visa a qualificação dos profissionais para a Educação Básica.

A PROFISSÃO DOCENTE E SUA FORMAÇÃO

Nos últimos anos, tem havido muitos estudos sobre as mudanças na educação, e tais mudanças sempre focando o professor como elemento responsável pelo fracasso na qualidade de ensino.

A formação dos professores é um tema tratado em todos os segmentos da educação, está sempre em discussão quando se fala em qualidade de ensino, questiona-se sempre a questão da

prática de ensino utilizada pelo professor, bem como a necessidade de sua capacitação. O professor é considerado o principal responsável pelo sucesso ou insucesso da aprendizagem.

Para analisar criticamente sobre o papel do professor e sua formação, faz-se necessário a compreensão e orientações do processo de formação. Segundo Pimenta (2006, p.7) “É diante dessa problemática que se faz necessário avaliar, investigar, aprofundar, analisar e discutir sobre a fecundidade de uma perspectiva na teoria para a formação de professores (as) na era contemporânea brasileira”.

Sabemos, no entanto, que a formação de professores é um antigo tema na história do Brasil, mas Pimenta (2006, p. 36) salienta que a centralidade colocada no professor traduziu-se na valorização do seu pensamento, do seu sentimento, das suas crenças e seus valores como fatores importantes para entender o seu fazer, não apenas de sala de aula, porque os professores não se limitam a fazer currículos, mas que também os criam e elaboram, os definem, os reinterpretam.

As questões criticadas acerca do professor a respeito do ponto de vista conceitual, investem na valorização e no desenvolvimento dos conhecimentos dos professores e em suas considerações como seres e intelectuais, prontos a produzirem conhecimento, a participar de decisões e da gestão escolar e dos sistemas, compartilham perspectivas para a reinvenção da escola democrática. (PIMENTA, 2006, p. 36).

Percebe-se que a partir de discussões e várias reflexões começa a surgir outras perspectivas para a reconstrução da prática pedagógica. Segundo Freire (1996), o melhor momento para a formação constante dos educadores é o da reflexão crítica sobre a prática. “É analisando criticamente a prática de ontem e de hoje que será possível prevalecer a prática de amanhã e de sempre.” (FREIRE, 1996, p. 44).

A formação da prática constante dos professores implica a reflexão sobre a prática de forma crítica, referindo-se exatamente sobre a dialética entre a prática e a teoria. Os grupos de formação sobre a prática de ensino, o processo em que a formação do professor aconteça da melhor maneira e que seja bem realizada. De acordo com Freire (1996, p.74-75) o único fato a ser considerado com relação aos grupos de formação na perspectiva progressista, percebe-se que não produzem sem a necessária existência de uma liderança democrática de forma alerta, curiosa e humilde sendo cientificamente mais competente.

Para tanto, Schön (1983 apud Pimenta, 2006), diz que há uma forte valorização da prática na formação de profissionais; mas uma prática bem analisada que lhes permita responder às novas inquietações, nas situações de incerteza e indefinição. Nesse contexto, Schön afirma que:

Os currículos de formação profissionais deveriam propiciar o desenvolvimento da capacidade de refletir. Para isso, tornar a prática existente (de outros profissionais e dos próprios professores) é um bom caminho de ser percorrido desde o início da formação, e não somente no fim, como tem acontecido com o estágio. (SCHÖN, 1983 apud PIMENTA, 2006, p. 20).

Perrenoud (2005) também diz, nessa abordagem, que a partir do currículo real e da experiência de vida tem consequências enormes quanto ao papel do professor. Para ele: “Instaurar a democracia na sala de aula, transforma profundamente a relação pedagógica e a gestão da classe.” (PERRENOUD, 2005, p. 41).

Nesse contexto, Perrenoud (2005) afirma que uma evolução nesse sentido exigiria dos professores novas competências, mas, acima de tudo, uma nova identidade profissional, um engajamento diferente em seu ofício e em seu estabelecimento de ensino e outra relação com o saber e com os alunos.

Muitas pessoas hoje em dia, inclusive professores, ainda acreditam que ser professor é planejar aulas e apresentar seu conteúdo. "(...) em cada uma das escolhas pedagógicas feitas, há algo de nós, de nossas crenças e esperanças, há alguma coisa de nossas descrenças e desânimos. Há muito ainda de nossa história individual e coletiva." (ARROYO, 2000, p. 45).

Arroyo (2000, p. 29) ainda diz, em sua teoria, que "é preciso que os outros acreditem no que somos. Ele diz que é um processo, complicado, lento, de desencontros entre o que somos para fora (...)"

Segundo Arroyo (2000, p.66) nosso trabalho é revelar as leis da natureza, a produção do lugar, da vida, ensinar matérias, mas, acima de tudo, apresentar para as novas gerações, revelar a humanidade, a cultura, os sinônimos que conhecemos e que vêm sendo aprendidos na história da evolução cultural.

Para tanto, é preciso pensar na formação do professor como um futuro traçando novas diretrizes. Segundo a LDBEN (BRASIL, 2000, p.7), é necessário designar significados educacionais para crianças e jovens e o crescimento na reforma das políticas da educação básica, para desenvolvê-las com as formas de contemporaneidade para conviver e relacionar-se com a natureza, além de construir e reconstruir as instituições sociais.

A PROFISSÃO DOCENTE E A QUALIDADE DE ENSINO

Estudos mostram que os professores são os principais responsáveis pela má qualidade do ensino no Brasil, no entanto, os professores são alvos e, normalmente, estão no fogo cruzado de muitas esperanças sociais e políticas nas crises atuais do dia a dia. As críticas externas voltadas ao professor cobram um sistema educacional com mais trabalho, acreditando que a educação deveria resolver todos os problemas sociais.

Dessa forma, uma educação de qualidade, então, exerce o papel social mais importante em uma nação: de formar cidadãos crítico-reflexivos, a fim de modificar e de potencializar a sociedade para o bem-estar da população. É nesse contexto que percebemos o quanto é importante a criação de políticas para o melhoramento da educação básica. Segundo Castro (2007):

A proposta consiste justamente em martelar incansavelmente no que é menos visível e mais árduo de conseguir. No caso presente, afirmamos que toda obstinação com a qualidade é mais do que justificada. O problema da educação é um problema de qualidade do ensino básico, resultado da falta de vontade política ou de capacidade de expressão de um conjunto de atores críticos. Portanto, o problema da educação é um problema político (CASTRO, 2007, p.92).

Contudo, é possível que se proponha a identificação de uma estratégia de ação que faça com que todas as camadas sociais se mobilizem e acreditem num processo de valorização da escola

a partir de uma pressão constante dos órgãos governamentais para que ela possa funcionar de maneira correta e atendendo a todos os anseios possíveis de que lhe é cobrada.

Saviani (2009) acredita que a solução para a qualidade do ensino e vários outros problemas sociais está na ampliação do número de escolas e se forem capazes de receber toda a população em idade escolar nos diferentes níveis de ensino, além de colocar profissionais de que elas necessitam, principalmente, que trabalhem em tempo integral e bem remunerados, o governo vai resolver todos os problemas sociais de que a sociedade tanto sofre, como desemprego, problemas de segurança, dentre outros. Segundo o autor:

Com efeito, se ampliarmos o número de escolas, tornando-as capazes de absorver toda a população em idade escolar nos vários níveis e modalidades de ensino; se povoarmos essas escolas com todos os profissionais de que elas necessitam, em especial com professores em tempo integral e bem remunerados, nós estaremos atacando o problema do desemprego diretamente, pois serão criados milhões de empregos. Estaremos atacando o problema da segurança, pois estaremos retirando das ruas e do assédio do tráfico de drogas um grande contingente de crianças e jovens. (SAVIANI, 2009, p.154).

Para Piana (2009, p.74) “A educação nos dias atuais assume novos contornos na sociedade brasileira e especialmente entre os educadores, que, por excelência, buscam assumir o compromisso de socializar, construir e desvendar novos conhecimentos”. A autora também descreve que:

A educação implica todas as buscas do humano para apropriar-se da cultura produzida pelo próprio ser humano. A escola é o espaço privilegiado de produção e socialização do saber e deve se organizar por meio de ações educativas que busquem a formação de sujeitos éticos, participativos, críticos e criativos. Isso significa que compete à escola o papel de contribuir para a disseminação do saber historicamente acumulado e também a produção de novos saberes. (PIANA, 2008, p.76).

Nessa discussão sobre o problema da qualidade do ensino, a formação de professores se converteu, atualmente, numa das questões mais controversa de maior visibilidade, uma vez que os professores e as instituições formadoras tendem a ser apontados como vilões pelas autoridades educacionais assim como por diversas modalidades de intelectuais influentes na mídia. No entanto, para Saviani (2009), com esse projeto, poderá ser resolvido também o problema da qualidade de ensino, uma vez que:

transformada a docência numa profissão atraente socialmente em razão da sensível melhoria salarial e das boas condições de trabalho, para ela serão atraídos muitos jovens dispostos a investir seus recursos, tempo e energias numa alta qualificação obtida em graduações de longa duração e em cursos de pós-graduação. Com um quadro de professores altamente qualificado e fortemente motivado trabalhando em tempo integral numa única escola, estaremos formando os tão decantados cidadãos conscientes, críticos, criativos, esclarecidos e tecnicamente competentes para ocupar os postos do fervilhante mercado de trabalho de um país que viria a recuperar, a pleno vapor, sua capacidade produtiva. Estaria criado, por esse caminho, o tão desejado círculo virtuoso do desenvolvimento. (SAVIANI, 2009, p.154).

Os programas educacionais para a formação de professores têm a intenção de valorizar o ensino superior docente e aproximar os alunos ainda na graduação com o ambiente escolar. Sendo assim, é possível observar que todos esses programas contribuem para o aumento da qualidade do ensino superior e educação básica do país, e que todos eles contribuem para a produção acadêmica.

Para tanto, devemos considerar tal envolvimento e responsabilidade como, em princípio, interessar-se, informar-se, participar do debate, explicar, mostrar. O que é seguramente uma questão de status, de poder, de relações de força. Mas é também uma questão de identidade individual e coletiva do profissional docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente buscou discutir e refletir sobre a formação de professores, mais efetivamente nos programas de políticas educacionais a fim de compreendermos a atual situação que envolve a qualidade profissional da educação.

Sendo assim, essa temática justifica-se a partir da compreensão crítica da proposta, pois contribui para as análises e discussões sobre a qualidade das políticas públicas educacionais vigentes, visto que a formação de professores no Brasil é precária e vista como uma das principais causadoras da falta de qualidade na educação básica.

Assim, teve como objetivo analisar o enfrentamento das políticas educacionais nos desafios da formação de professores para uma educação de qualidade. Buscou também conhecer os elementos que potencializam e limitam no processo da formação de professores, compreender o papel das políticas públicas educacionais, bem como refletir sobre as políticas públicas na contribuição para a qualidade na educação.

Dessa forma, pudemos perceber que os objetivos aqui propostos foram atingidos, uma vez que o trabalho analisou o enfrentamento dos desafios na formação de professores através da implementação de políticas públicas educacionais, vimos que o Brasil tem procurado dar resposta efetiva às orientações expressas em seus marcos legais. Mais do que isso, procurou avançar e tem dado importantes passos no sentido de ampliar o direito à educação. Um grande marco foi a elaboração e implantação do Plano Nacional de Educação (PNE), um plano decenal contendo estratégias e ações para serem aplicadas na melhoria da educação, que é utilizado por estados e municípios como documento norteador.

Para tanto, acreditava-se que os projetos educacionais voltados para a prática docente no período de sua formação contribuem para um novo olhar a respeito da carreira do professor, através da busca pela valorização do trabalho docente e das melhores condições de trabalho, no entanto, ainda falta muito para alcançar a tão sonhada educação de qualidade no Brasil. Com isso, nossa hipótese foi confirmada, pois percebemos nesse trabalho que mesmo com tantos programas para a formação docente e para a formação continuada dos professores, ainda falta a valorização desse trabalho que busca novos profissionais qualificados para elevar a qualidade na educação, além de que existem os programas, no entanto, é necessária a efetivação dos mesmos, com toda forças para a melhoria da educação.

Nota-se também que o problema dessa pesquisa foi respondido, visto que a problemática buscou-se responder a seguinte questão: Como as políticas educacionais podem contribuir com os desafios da qualidade na formação do professor? Assim, percebe-se que a contribuição das políticas educacionais é diversa, através de programas e projetos educacionais na formação do professor, mas ainda falta a valorização profissional e pessoal do professor, no âmbito de sua prática pedagógica, além do reconhecimento de que o professor não é o principal causador da má qualidade de ensino.

Para responder a essa problemática, utilizou-se uma pesquisa aplicada, de natureza bibliográfica, fundamentada na reflexão da leitura de livros, artigos e revistas, tendo por base também a pesquisa

de grandes autores referente a este tema de forma qualitativa.

Para tanto, esperamos que outros trabalhos possam ampliar a análise apresentada na presente pesquisa, que esta não é definitiva, no entanto buscou provocar uma breve reflexão com comprovados de dados sobre o tema apresentado e buscou motivar novos pesquisadores a continuar o debate no que se refere à formação do professor como desafio para as políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Ofício de Mestre imagens e autoimagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 251 p

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre: Imagens e Autoimagens**. 7^a ed. Petrópolis, 2004.

BRANCALEON, Brígida Batista et al. **Políticas Públicas: conceitos básicos**. Universidade de São Paulo. Abril, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 10. ed. Brasília, DF: Senado, 1998.

BRASIL. Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília. 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.: Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1990**. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). **Política Nacional de Formação de Professores**. Por: Maria Helena Guimarães de Castro. Brasília, 2017.

CASTRO, Cláudio de Moura. **Educação brasileira. Consertos e remendos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

FERRÃO, Maria Eugénia. **Estatística educacional e política pública**. Educ. Soc., Campinas, v. 39, nº. 142, p.19-38, jan. -mar., 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v39n142/1678-4626-es-es0101-73302017176230.pdf> Acesso 20 mar. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Coleção leitura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

NÓVOA, A. **O regresso dos professores**. Oeiras, 2011. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/68387246/O-regresso-dos-professores> Acesso 20 mar. 2024

PERRENOUD, Philippe. **Escola e Cidadania: o papel da escola na formação para a democracia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PIANA, Maria Cristina. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books. <<http://books.scielo.org>> Acesso 20 mar. 2024.

PIMENTA, Selma G.; GHEDIN, Evandro (Org.) **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha. **A missão da universidade pública na sociedade empreendedora: desafios para a gestão**. Políticas públicas na educação brasileira / Organizadoras Miriam Adalgisa Bedim Godoy, Sandra Aparecida Machado Polon. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017.

SEVERIANO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23º Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHEIBE, L. **Formação de Professores no Brasil: A Herança Histórica**. Revista Retratos da Escola. vol.2, nº2-3, p.41-53, 2008.

SCHÖN, Donald A. **Formar professores como profissionais reflexivos**. Apud PIMENTA, Selma G.; GHEDIN, Evandro (Org.) **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 4^a ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SOARES, Ademilson de Sousa. **A formação do professor da Educação Básica entre políticas públicas e pesquisas educacionais: uma experiência no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.22, n. 83, p. 443-464, abr./jun. 2014

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa**, Caderno CRH 39: 11-24. 2006.

SAVIANI, Demerval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. São Paulo: Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009. IN: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>. Acesso 05 mai. 2023.